

# CONHECIMENTO QUE NÃO EXCLUI: UMA REFLEXÃO SOBRE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO ESCOLAR PARA TODOS

*KNOWLEDGE THAT DOES NOT EXCLUDE: A REFLECTION ON ACCESS, RETENTION, AND ACADEMIC SUCCESS FOR ALL*

**Gleyton de Moura Ferreira Silva**

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

**Sandra Cristina Cerri Suella**

Universidade Metropolitana de Santos, Brasil

**Drielly Lorenzon**

MUST University, Estados Unidos

**Edna Fogaça Santana**

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

**Simone do Socorro Azevedo Lima**

Universidad Tecnológica Intercontinental, Paraguai

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i3.581>

Publicado em: 28.03.2026

**Resumo:** Este trabalho tem como foco a análise das relações entre acesso à escola, permanência escolar e garantia do direito à aprendizagem no contexto das desigualdades presentes no sistema educacional brasileiro. O estudo abordou a temática da justiça educacional a partir da compreensão de que a ampliação da matrícula na educação básica não assegurou, necessariamente, igualdade nas condições de escolarização e nos resultados educacionais. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma pesquisa bibliográfica, caracterizada pela análise sistemática de produções acadêmicas já publicadas, possibilitando examinar criticamente diferentes interpretações teóricas sobre desigualdade educacional, inclusão escolar e políticas públicas. O levantamento dos materiais foi realizado em bases acadêmicas, com seleção de trabalhos relevantes que discutiram o tema sob diferentes perspectivas analíticas. A análise dos estudos indicou que, apesar dos avanços institucionais relacionados à universalização do acesso à educação básica, persistiram desafios associados à permanência qualificada dos estudantes e à garantia de condições pedagógicas capazes de promover aprendizagens efetivas. Observou-se também que as desigualdades educacionais continuam relacionadas a fatores sociais, institucionais e pedagógicos que influenciam as trajetórias escolares. Concluiu-se que a promoção da justiça educacional exige políticas públicas e práticas escolares orientadas pela valorização da diversidade, pelo acompanhamento pedagógico e pela democratização do acesso ao conhecimento escolar



**Palavras-chave:** Justiça Educacional; Trajetórias Escolares; Sistema Educacional; Aprendizagens Escolares; Democratização do Ensino.

**Abstract:** This paper focuses on analyzing the relationships between access to schooling, school retention, and the guarantee of the right to learning within the context of inequalities present in the Brazilian educational system. The study addressed the theme of educational justice based on the understanding that the expansion of enrollment in basic education has not necessarily ensured equality in schooling conditions and educational outcomes. To achieve this objective, a bibliographic research approach was adopted, characterized by the systematic analysis of previously published academic works, enabling a critical examination of different theoretical interpretations regarding educational inequality, school inclusion, and public policies. The materials were collected from academic databases, with the selection of relevant studies that approached the topic from different analytical perspectives. The analysis of the studies indicated that, despite institutional advances related to the universalization of access to basic education, challenges persist regarding qualified student retention and the provision of pedagogical conditions capable of promoting effective learning. It was also observed that educational inequalities remain linked to social, institutional, and pedagogical factors that influence students' school trajectories. It was concluded that promoting educational justice requires public policies and school practices guided by the appreciation of diversity, pedagogical support, and the democratization of access to school knowledge.

**Keywords:** Educational Justice; School Trajectories; Educational System; School Learning; Democratization Of Education.

## Introdução

A educação básica no Brasil foi historicamente marcada por desigualdades estruturais que influenciaram o acesso, a permanência e os resultados de aprendizagem dos estudantes. Nas últimas décadas, políticas educacionais buscaram ampliar o acesso à escola e promover a democratização do ensino, sobretudo a partir da universalização da matrícula na educação básica. Entretanto, a ampliação do acesso não significou, necessariamente, a garantia de condições equitativas de permanência e aprendizagem para todos os estudantes. Nesse contexto, o debate acadêmico passou a enfatizar a necessidade de compreender a educação para além da presença física na escola, destacando a importância de analisar as condições pedagógicas, institucionais e sociais que interferem nas trajetórias escolares. Dessa forma, o presente artigo delimitou como tema central a relação entre 'acesso', 'permanência' e 'aprendizagem' no contexto das desigualdades educacionais.

A escolha desse tema justificou-se pela relevância social e acadêmica da discussão sobre justiça educacional e equidade no sistema de ensino. Embora o Brasil tenha alcançado avanços significativos no processo de universalização da educação básica, persistem desafios relacionados à permanência qualificada dos estudantes e à garantia do direito à aprendizagem. Além disso,

pesquisas recentes têm demonstrado que desigualdades associadas a fatores socioeconômicos, culturais e institucionais continuam influenciando o desempenho escolar e as oportunidades educacionais. Assim, a investigação sobre as condições que favorecem ou limitam a permanência e a aprendizagem torna-se fundamental para compreender os desafios contemporâneos da educação pública e para refletir sobre o papel das políticas educacionais na promoção da equidade.

Diante desse cenário, formulou-se como problema de pesquisa a seguinte questão norteadora: ‘De que maneira o acesso à escola, a permanência escolar e as políticas públicas educacionais se relacionaram com a garantia do direito à aprendizagem em contextos marcados por desigualdades educacionais?’. Essa pergunta orientou a análise desenvolvida ao longo do artigo, buscando compreender como diferentes autores interpretaram as relações entre equidade educacional, inclusão escolar e justiça distributiva no campo educacional. A partir dessa questão, buscou-se examinar de que forma as políticas educacionais e as práticas institucionais podem contribuir para enfrentar desigualdades estruturais presentes no sistema educacional.

Com base nesse problema, definiu-se como objetivo geral analisar a relação entre ‘acesso’, ‘permanência’ e ‘aprendizagem’ no contexto das desigualdades educacionais, considerando o papel das políticas públicas na promoção da equidade no sistema educacional. Para alcançar esse propósito, estabeleceram-se como objetivos específicos: compreender como a literatura educacional analisa os limites do acesso formal à escola diante das desigualdades de aprendizagem; examinar as condições que influenciam a permanência escolar e sua relação com o direito à aprendizagem; e discutir o papel das políticas públicas educacionais no enfrentamento das desigualdades estruturais presentes no sistema educacional.

Para atingir esses objetivos, foi adotada como estratégia metodológica uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de investigação permitiu analisar produções acadêmicas já publicadas que discutem desigualdade educacional, permanência escolar, inclusão e políticas educacionais. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio do levantamento, seleção e análise de artigos científicos e trabalhos acadêmicos localizados em bases de dados científicas. As buscas foram realizadas utilizando palavras-chave como ‘desigualdade educacional’, ‘permanência escolar’, ‘direito à aprendizagem’, ‘equidade educacional’ e ‘políticas públicas educacionais’. A análise dessas produções possibilitou identificar diferentes interpretações teóricas sobre o tema e estabelecer diálogo entre os autores selecionados.

O referencial teórico que fundamentou a análise desenvolvida neste artigo foi composto principalmente pelas contribuições de Ernica, Rodrigues e Soares (2025), Prieto, Andrade e Souza (2017) e Correa (2023), autores que discutem a relação entre desigualdade educacional, inclusão escolar e políticas públicas. Esses estudos contribuíram para compreender como as desigualdades educacionais se manifestam no interior do sistema de ensino e como as políticas educacionais buscam enfrentá-las. A partir da análise dessas contribuições, tornou-se possível examinar as tensões existentes entre a ampliação do acesso à educação e a efetiva garantia do direito à aprendizagem.

Com base nesse referencial teórico, o artigo desenvolveu uma análise estruturada em diferentes dimensões da problemática educacional investigada. Inicialmente, discutiu-se a relação entre desigualdade educacional e justiça distributiva, examinando os limites do acesso formal à escola diante das desigualdades de aprendizagem. Em seguida, analisaram-se as condições relacionadas à permanência escolar e sua relação com o direito à aprendizagem, destacando a necessidade de compreender a permanência para além da presença física na escola. Posteriormente, discutiu-se o papel das políticas públicas educacionais no enfrentamento das desigualdades estruturais, considerando a importância da equidade e da valorização da diversidade no sistema educacional.

Por fim, o artigo foi organizado em seções que correspondem às principais dimensões da análise desenvolvida. Após esta introdução, apresenta-se a seção metodológica, na qual são descritos os procedimentos utilizados na pesquisa bibliográfica. Em seguida, são discutidos os referenciais teóricos nos capítulos ‘Desigualdade educacional e justiça distributiva: limites do acesso formal e a centralidade da aprendizagem’, ‘Permanência escolar e direito à aprendizagem: da presença física à efetividade pedagógica’ e ‘Equidade, diversidade e políticas públicas: enfrentamento das desigualdades estruturais’. Posteriormente, são apresentados os ‘Resultados e discussões’, seguidos das ‘Conclusões’, nas quais são retomadas as principais conclusões do estudo e apontadas possibilidades para futuras investigações.

## **Metodologia**

A metodologia adotada neste estudo fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para a análise crítica da produção acadêmica relacionada às desigualdades educacionais, à permanência escolar e ao direito à aprendizagem. A escolha desse tipo de investigação justifica-se pelo objetivo de examinar contribuições teóricas já publicadas, permitindo compreender como diferentes autores discutem a relação entre acesso à educação, equidade e políticas públicas educacionais. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica possibilitou reunir interpretações, conceitos e resultados apresentados por pesquisadores da área, contribuindo para a construção do referencial teórico que sustenta a análise desenvolvida neste artigo.

Nesse sentido, as ideias de Narciso e Santana (2025) orientam a compreensão do método utilizado nesta investigação. Para os autores, a pesquisa bibliográfica é particularmente adequada quando o objetivo do estudo consiste em analisar criticamente contribuições teóricas presentes na literatura científica. Essa abordagem caracteriza-se pela análise sistemática de fontes teóricas já consolidadas, permitindo ao pesquisador examinar diferentes interpretações sobre um determinado fenômeno. No contexto deste artigo, essa perspectiva metodológica foi aplicada por meio da seleção, leitura e análise de estudos que discutem desigualdade educacional, permanência escolar, inclusão e equidade no sistema educacional. Dessa forma, a metodologia proposta por Narciso e Santana (2025) contribuiu para orientar a organização do levantamento bibliográfico e a análise das ideias dos autores utilizados no desenvolvimento do estudo.

A aplicação dessa metodologia ocorreu por meio de um processo organizado em etapas sucessivas. Inicialmente, foi realizada a definição do problema de pesquisa e dos objetivos do estudo, delimitando o tema da investigação em torno das relações entre acesso à educação, permanência escolar e justiça educacional. Em seguida, procedeu-se ao levantamento das produções acadêmicas relacionadas ao tema, buscando identificar trabalhos que apresentassem contribuições relevantes para a discussão teórica proposta. Posteriormente, foi realizada a leitura analítica das obras selecionadas, com o objetivo de identificar conceitos centrais, argumentos teóricos e resultados apresentados pelos autores. Por fim, as informações extraídas das fontes bibliográficas foram sistematizadas e articuladas no texto do artigo, permitindo estabelecer diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas analisadas.

A busca pelos materiais bibliográficos foi realizada na base de dados *Google Acadêmico*, ferramenta amplamente utilizada no meio acadêmico para localizar produções científicas disponíveis em diferentes formatos, como artigos de periódicos, livros, dissertações e teses. O *Google Acadêmico* reúne publicações provenientes de universidades, editoras científicas e bases de dados especializadas, possibilitando ao pesquisador identificar estudos relevantes sobre determinado tema. A utilização dessa plataforma permitiu localizar trabalhos acadêmicos relacionados às desigualdades educacionais e às políticas educacionais, contribuindo para a construção do corpus teórico utilizado na pesquisa.

Durante o processo de busca foram utilizadas combinações de palavras-chave relacionadas ao objeto de investigação. Entre os termos empregados destacam-se ‘desigualdade educacional’, ‘permanência escolar’, ‘direito à aprendizagem’, ‘equidade educacional’, ‘políticas públicas educacionais’. Essas expressões foram combinadas de diferentes formas durante a pesquisa, possibilitando localizar estudos que abordam o tema sob diferentes perspectivas teóricas. A utilização dessas palavras-chave permitiu identificar produções acadêmicas que discutem tanto aspectos conceituais quanto análises empíricas relacionadas às desigualdades educacionais.

Por fim, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos materiais analisados. Como critérios de inclusão, priorizaram-se trabalhos acadêmicos publicados em periódicos científicos, livros e pesquisas reconhecidas na área da educação, especialmente estudos que discutem a relação entre desigualdade educacional, permanência escolar e políticas públicas. Também foram considerados materiais que apresentassem relevância teórica para o desenvolvimento da discussão proposta no artigo. Por outro lado, foram excluídos textos que não apresentavam relação direta com o tema investigado, publicações sem rigor acadêmico ou produções que não contribuíssem para a análise do problema de pesquisa. Dessa maneira, a metodologia adotada permitiu selecionar e analisar fontes teóricas consistentes, possibilitando a construção da discussão apresentada ao longo do estudo.

## **Desigualdade educacional e justiça distributiva: limites do acesso formal e a centralidade da aprendizagem**

A discussão sobre desigualdade educacional exige considerar que a ampliação do acesso à escola não corresponde, necessariamente, à garantia de justiça distributiva no sistema educacional. Nesse sentido, a análise das desigualdades deve incorporar não apenas a matrícula escolar, mas também as condições de permanência e aprendizagem. Ernica, Rodrigues e Soares (2025) defendem que a justiça educacional precisa ser examinada a partir dos resultados produzidos pelo sistema de ensino, os quais devem contemplar simultaneamente acesso, continuidade da trajetória escolar e aprendizagem dos conhecimentos socialmente produzidos. Dessa forma, a educação é compreendida como um direito que se materializa por meio de processos concretos de escolarização, nos quais a distribuição desigual das oportunidades de aprendizagem revela limites estruturais das políticas educacionais.

Além disso, a literatura educacional tem demonstrado que a universalização da matrícula, embora represente avanço institucional relevante, não elimina as desigualdades presentes no interior das escolas. Correa (2023) argumenta que o direito à educação envolve dimensões que ultrapassam a oferta de vagas, exigindo condições institucionais e pedagógicas capazes de garantir o sucesso escolar dos estudantes. Nesse sentido, a autora afirma que a efetividade do direito educacional depende da articulação entre acesso, permanência e aprendizagem, uma vez que a simples presença do estudante na escola não assegura sua participação plena no processo educativo nem o acesso ao conhecimento sistematizado.

Ademais, a análise das desigualdades educacionais exige problematizar os instrumentos utilizados para mensurar o desempenho dos sistemas de ensino. Ernica, Rodrigues e Soares (2025) demonstram que indicadores baseados em médias estatísticas tendem a ocultar disparidades existentes entre diferentes grupos sociais. Ao sintetizar os resultados escolares em valores médios, tais indicadores produzem uma representação abstrata do estudante e desconsideram as condições sociais que influenciam o desempenho escolar. Consequentemente, políticas educacionais orientadas por essas métricas podem negligenciar desigualdades estruturais que afetam determinados segmentos da população escolar.

Nesse debate, a literatura sobre inclusão educacional contribui ao evidenciar que o acesso formal à escola não garante, por si só, igualdade de oportunidades educacionais. Prieto, Andrade e Souza (2017) destacam que as políticas de inclusão ampliaram o ingresso de estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular, porém tal avanço não assegura automaticamente o direito à aprendizagem. Para os autores, a presença desses estudantes na escola precisa estar acompanhada de práticas pedagógicas e mecanismos institucionais capazes de promover sua participação efetiva no processo de ensino e aprendizagem. Assim, a inclusão escolar requer mais do que a abertura de vagas, exigindo reorganização das práticas escolares e das estratégias de acompanhamento pedagógico.

De forma complementar, Correa (2023) argumenta que a escola pode tornar-se um espaço de reprodução das desigualdades quando não oferece condições adequadas para o desenvolvimento do processo educativo. A autora destaca que a permanência escolar deve ser compreendida como um processo que envolve a participação ativa dos estudantes, a mediação pedagógica qualificada e a valorização do conhecimento sistematizado. Dessa perspectiva, a permanência não pode ser reduzida à frequência escolar, pois o objetivo da educação consiste na apropriação crítica do conhecimento e na formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social.

Nesse sentido, a discussão sobre justiça educacional precisa considerar a centralidade da aprendizagem como critério para avaliar a efetividade das políticas educacionais. Conforme afirmam Ernica, Rodrigues e Soares (2025):

Assumimos que a justiça educacional se objetiva em resultados justos, que são a materialização do direito. Nos concentramos em três resultados: acesso universal à matrícula, permanência escolar e aprendizagem dos saberes que compõem uma cultura comum. (Ernica; Rodrigues; Soares, 2025, p. 8)

Portanto, a análise da desigualdade educacional deve ultrapassar a dimensão quantitativa da escolarização e incorporar a qualidade das experiências educativas vivenciadas pelos estudantes. As contribuições de Ernica, Rodrigues e Soares (2025), Prieto, Andrade e Souza (2017) e Correa (2023) indicam que a justiça distributiva em educação depende da articulação entre acesso, permanência qualificada e aprendizagem efetiva. Desse modo, a superação das desigualdades educacionais exige políticas públicas e práticas pedagógicas que assegurem a todos os estudantes o direito ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade.

### **Permanência escolar e direito à aprendizagem: da presença física à efetividade pedagógica**

A discussão sobre permanência escolar exige compreender que a matrícula e a frequência não são suficientes para garantir o direito à educação. Nesse sentido, o debate contemporâneo sobre justiça educacional desloca o foco da simples presença física do estudante para as condições que possibilitam a continuidade da trajetória escolar e o acesso efetivo ao conhecimento. Ernica, Rodrigues e Soares (2025) argumentam que o direito à educação envolve uma sequência de dimensões interdependentes, nas quais a permanência ocupa papel central no processo educativo. Assim, a análise da permanência escolar deve considerar a articulação entre acesso, continuidade da escolarização e aprendizagem, uma vez que a interrupção ou fragilidade em qualquer uma dessas etapas compromete a efetividade do direito educacional.

Além disso, a permanência escolar não pode ser interpretada apenas como manutenção da matrícula ao longo do tempo. Ernica, Rodrigues e Soares (2025) destacam que a trajetória escolar precisa ocorrer de forma regular e acompanhada de condições institucionais que permitam ao estudante avançar no processo educativo. Desse modo, a permanência envolve a continuidade do percurso formativo e o desenvolvimento progressivo das aprendizagens escolares. Entretanto, os

próprios autores alertam que não se pode pressupor trajetórias homogêneas entre os estudantes, pois diferenças sociais, pedagógicas e institucionais influenciam diretamente os ritmos e as condições de progressão escolar.

Entretanto, quando se observa o funcionamento concreto das instituições escolares, percebe-se que a permanência frequentemente se restringe ao controle da frequência e à progressão administrativa entre séries. Prieto, Andrade e Souza (2017) demonstram que, mesmo em contextos nos quais o acesso e a continuidade da matrícula são assegurados, persistem lacunas significativas na garantia do direito à aprendizagem. A análise realizada pelos autores evidencia que a ausência de registros consistentes sobre o desempenho dos estudantes compromete a avaliação de suas trajetórias escolares e dificulta a identificação de estratégias pedagógicas adequadas ao desenvolvimento das aprendizagens.

Nesse sentido, a investigação realizada por Prieto, Andrade e Souza (2017) aponta limitações nos processos de acompanhamento pedagógico no interior da escola. Os autores demonstram que, mesmo quando existem registros institucionais sobre o desempenho escolar, tais documentos frequentemente não apresentam informações suficientes para avaliar o progresso dos estudantes. Como resultado, a permanência escolar tende a ser reduzida à continuidade administrativa da matrícula, sem que se estabeleçam parâmetros claros para avaliar o desenvolvimento das aprendizagens ao longo da trajetória escolar.

Esse problema torna-se ainda mais evidente quando se analisa a relação entre inclusão escolar e acompanhamento pedagógico. Embora políticas educacionais tenham ampliado o acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular, Prieto, Andrade e Souza (2017) demonstram que o acompanhamento das aprendizagens nem sempre ocorre de forma sistemática. Conforme apontam os autores (2017):

As descrições sobre o desempenho e a aprendizagem das alunas, quando localizadas, pouco contribuíram para balizar sua evolução em relação à proposta curricular mais ampla [...] e também não foram apresentados seus planos individualizados de ensino. (Prieto; Andrade; Souza, 2017, p. 404)

Dessa forma, a permanência escolar não pode ser compreendida apenas como permanência física no espaço escolar. Ao contrário, a efetividade do direito à educação depende da existência de práticas pedagógicas capazes de promover aprendizagens significativas e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo do tempo.

Por fim, a discussão sobre permanência escolar precisa considerar que a justiça educacional exige a combinação entre continuidade da escolarização e qualidade das aprendizagens. Ernica, Rodrigues e Soares (2025) defendem que uma educação justa deve assegurar simultaneamente igualdade de oportunidades e níveis adequados de aprendizagem entre os estudantes. Nesse sentido, a permanência escolar assume caráter pedagógico e político, pois envolve tanto a organização institucional da escola quanto a implementação de práticas educativas capazes de garantir que todos os estudantes tenham acesso efetivo aos conhecimentos produzidos historicamente pela sociedade.

## **Equidade, diversidade e políticas públicas: enfrentamento das desigualdades estruturais**

A discussão sobre equidade educacional parte do reconhecimento de que o sistema de ensino opera em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, econômicas e culturais. Nesse contexto, as políticas educacionais não podem limitar-se à ampliação do acesso à escola, devendo também enfrentar as condições estruturais que produzem trajetórias escolares desiguais. Correa (2023) argumenta que a democratização da educação envolve ampliar oportunidades de acesso ao conhecimento e criar condições institucionais que permitam aos estudantes participar de forma crítica da vida social. Dessa forma, a escola deve ser compreendida como espaço social no qual se articulam diferentes processos históricos e culturais que influenciam diretamente as experiências educacionais dos sujeitos.

Além disso, a análise da equidade educacional exige instrumentos analíticos capazes de identificar como diferentes grupos sociais são afetados pelas políticas públicas. Ernica, Rodrigues e Soares (2025) defendem que a desigualdade educacional não pode ser analisada apenas por indicadores agregados de desempenho, pois tais medidas tendem a ocultar diferenças significativas entre estudantes situados em contextos sociais distintos. Assim, a compreensão da equidade depende da comparação sistemática entre os resultados educacionais de grupos definidos por características sociais relevantes, como origem socioeconômica, raça e gênero.

Entretanto, a implementação de políticas educacionais voltadas à equidade enfrenta desafios relacionados às condições concretas de funcionamento das instituições escolares. Prieto, Andrade e Souza (2017) demonstram que, embora as políticas de inclusão tenham ampliado o acesso de estudantes com deficiência às classes comuns, a efetividade dessas políticas depende da organização pedagógica das escolas e da disponibilidade de recursos institucionais adequados. Dessa forma, as desigualdades educacionais persistem quando as políticas públicas não são acompanhadas de transformações nas práticas pedagógicas e na estrutura organizacional das instituições escolares.

Nesse sentido, a análise da equidade educacional precisa considerar não apenas os resultados educacionais, mas também os critérios utilizados para avaliar a distribuição das oportunidades de aprendizagem. Conforme afirmam Ernica, Rodrigues e Soares (2025):

Caracterizaremos uma dada situação como sendo equitativa ou desigual a partir da comparação entre distribuição de resultados de grupos formados por características sociais fortemente associadas à variação desses resultados, a saber: nível socioeconômico, raça e gênero. (Ernica; Rodrigues; Soares, 2025, p. 15)

A partir dessa perspectiva, a equidade educacional depende da capacidade das políticas públicas de reconhecer as diferenças sociais entre os estudantes e implementar estratégias que reduzam disparidades historicamente produzidas.

Por outro lado, a literatura educacional também destaca que a promoção da equidade exige reconhecer a diversidade presente no interior das escolas. Correa (2023) enfatiza que

valorizar as diferenças não significa aceitar a reprodução de desigualdades sociais, mas sim criar condições institucionais que garantam a todos os estudantes acesso aos conhecimentos socialmente produzidos. Nesse sentido, a escola deve desenvolver práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade cultural e social dos estudantes, ao mesmo tempo em que asseguram igualdade de oportunidades no processo educativo.

Em síntese, o enfrentamento das desigualdades educacionais requer políticas públicas que articulem acesso, permanência e aprendizagem em uma perspectiva de justiça social. Ernica, Rodrigues e Soares (2025), Prieto, Andrade e Souza (2017) e Correa (2023) indicam que a equidade educacional depende da construção de sistemas de ensino capazes de reconhecer as diferenças sociais entre os estudantes e promover condições efetivas de aprendizagem. Dessa forma, a promoção da justiça educacional exige ações institucionais e políticas que enfrentem as desigualdades estruturais presentes na sociedade e no funcionamento das próprias instituições escolares.

## **Resultados e discussões**

Os resultados da análise indicam que a ampliação do acesso à educação básica no Brasil não tem sido acompanhada, de forma equivalente, pela garantia de permanência qualificada e aprendizagem efetiva para todos os estudantes. Embora as políticas educacionais tenham ampliado significativamente o número de matrículas e a presença de grupos historicamente excluídos no sistema escolar, permanecem diferenças relevantes nas condições de escolarização e nos resultados de aprendizagem entre distintos grupos sociais. Nesse sentido, os dados analisados permitem afirmar que a democratização do acesso representa um avanço institucional importante, porém insuficiente para assegurar justiça educacional quando não são consideradas as condições pedagógicas e sociais que estruturam o processo educativo. Essa interpretação dialoga com a perspectiva apresentada por Ernica, Rodrigues e Soares (2025), segundo a qual a análise das desigualdades educacionais deve considerar simultaneamente acesso, permanência e aprendizagem como dimensões interdependentes do direito à educação.

Além disso, os resultados evidenciam que a permanência escolar não pode ser reduzida à manutenção da matrícula ou à frequência regular às aulas. A análise das trajetórias escolares e dos registros pedagógicos revela que, mesmo em contextos nos quais o acesso e a continuidade da escolarização são formalmente garantidos, persistem fragilidades relacionadas ao acompanhamento pedagógico e à avaliação da aprendizagem. Tal constatação reforça o argumento de Prieto, Andrade e Souza (2017), que demonstram que a presença do estudante na escola não assegura, por si só, o direito à aprendizagem. A permanência escolar, portanto, precisa ser compreendida como processo pedagógico que envolve planejamento didático, acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes e articulação entre diferentes práticas educativas no interior da escola.

Por outro lado, os resultados também evidenciam que as desigualdades educacionais estão profundamente associadas a condições sociais estruturais. A análise das políticas públicas educacionais mostra que fatores como origem socioeconômica, raça, território e acesso a recursos educacionais continuam influenciando significativamente as trajetórias escolares. Nesse contexto, a escola desempenha papel ambivalente: ao mesmo tempo em que pode reproduzir desigualdades sociais, também possui potencial para enfrentá-las por meio de práticas pedagógicas orientadas pela valorização das diferenças e pela democratização do acesso ao conhecimento. Essa interpretação encontra respaldo nas reflexões de Correa (2023), que compreende a escola como instituição social inserida em contextos históricos específicos, nos quais se articulam processos de reprodução e transformação das desigualdades sociais.

No entanto, os resultados também apontam limitações que precisam ser consideradas na interpretação das conclusões do estudo. Em primeiro lugar, a análise concentrou-se em um conjunto específico de produções acadêmicas e investigações empíricas, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados para todas as realidades educacionais brasileiras. Além disso, as pesquisas analisadas apresentam recortes metodológicos distintos, o que pode influenciar a forma como as desigualdades educacionais são identificadas e interpretadas. Essas limitações são reconhecidas pela própria literatura da área, que destaca a complexidade do fenômeno educacional e a necessidade de considerar diferentes abordagens teóricas e metodológicas na análise das políticas educacionais e das práticas escolares.

Outro aspecto relevante refere-se à presença de resultados considerados inesperados ou inconclusivos em algumas das investigações analisadas. Em determinados contextos, observou-se que a ampliação das políticas de inclusão escolar não produziu, de forma imediata, melhorias equivalentes nos indicadores de aprendizagem. Esse resultado pode ser explicado, em parte, pelas condições institucionais nas quais tais políticas são implementadas, especialmente em sistemas educacionais marcados por desigualdades regionais, limitações de infraestrutura e insuficiência de recursos pedagógicos. Conforme argumentam Prieto, Andrade e Souza (2017), a efetividade das políticas inclusivas depende da articulação entre diretrizes normativas, organização institucional das escolas e formação dos profissionais da educação.

Por fim, os resultados deste estudo indicam a necessidade de ampliar as investigações sobre a relação entre políticas públicas, permanência escolar e aprendizagem. Pesquisas futuras podem explorar, de forma mais aprofundada, as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas e sua relação com a redução das desigualdades educacionais. Além disso, torna-se relevante analisar como diferentes políticas educacionais são implementadas em contextos regionais diversos, considerando as especificidades sociais e institucionais que caracterizam o sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, a ampliação de estudos empíricos e comparativos pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes no enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam a educação.

## Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar as relações entre acesso, permanência e aprendizagem no contexto das desigualdades educacionais, considerando a importância da equidade e das políticas públicas na garantia do direito à educação. A investigação permitiu compreender que a ampliação do acesso à escola, embora represente avanço significativo no sistema educacional brasileiro, não assegura, por si só, a efetivação do direito à aprendizagem para todos os estudantes. Nesse sentido, o estudo confirmou a necessidade de analisar o fenômeno educacional de forma articulada, considerando simultaneamente as condições de ingresso, permanência e qualidade do processo educativo.

A análise desenvolvida possibilitou responder às questões levantadas na introdução, especialmente no que se refere à compreensão dos limites das políticas centradas exclusivamente na ampliação do acesso escolar. Os resultados indicaram que a permanência escolar precisa ser compreendida para além da frequência ou da continuidade administrativa da matrícula, envolvendo também as condições pedagógicas que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Assim, foi possível identificar que a efetividade do direito à educação depende de um conjunto de fatores institucionais, pedagógicos e sociais que influenciam diretamente as trajetórias escolares.

No que se refere aos objetivos da pesquisa, verificou-se que o estudo alcançou sua finalidade ao analisar como as desigualdades educacionais se manifestam no interior do sistema de ensino e como as políticas públicas buscam enfrentá-las. A investigação evidenciou que a equidade educacional exige a implementação de estratégias que considerem as diferenças sociais, culturais e econômicas entre os estudantes. Além disso, foi possível demonstrar que as políticas de inclusão e de ampliação do acesso precisam estar articuladas a práticas pedagógicas que garantam a aprendizagem efetiva, evitando que a escola reproduza desigualdades já presentes na sociedade.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se ao papel das instituições escolares no enfrentamento das desigualdades estruturais. A escola foi compreendida como espaço social no qual se articulam processos de reprodução e transformação das desigualdades, o que reforça a importância de políticas educacionais que fortaleçam as práticas pedagógicas, a formação de professores e o acompanhamento sistemático das trajetórias escolares. Dessa forma, a promoção da equidade educacional depende não apenas de diretrizes normativas, mas também de condições institucionais que possibilitem a implementação de práticas educativas comprometidas com a democratização do conhecimento.

Entretanto, o estudo também revelou limitações relacionadas à disponibilidade de registros pedagógicos e à diversidade metodológica das pesquisas analisadas, o que pode restringir a compreensão mais ampla das experiências educacionais em diferentes contextos. Essas limitações indicam a necessidade de ampliar investigações empíricas que examinem, de maneira mais detalhada, as práticas escolares e os processos de aprendizagem, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais persistentes.

Em suma, sugere-se que pesquisas futuras explorem de forma mais aprofundada a relação entre políticas públicas, organização escolar e práticas pedagógicas, considerando diferentes contextos regionais e institucionais. Também se mostra relevante investigar como estratégias pedagógicas específicas podem contribuir para reduzir desigualdades de aprendizagem e fortalecer a permanência qualificada dos estudantes na escola. Dessa maneira, novos estudos poderão ampliar a compreensão sobre os mecanismos capazes de promover maior justiça educacional e assegurar que o direito à educação se traduza em oportunidades efetivas de aprendizagem. Conclui-se, portanto, que a efetivação desse direito depende não apenas da ampliação do acesso escolar, mas também da implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas capazes de garantir permanência qualificada e aprendizagem significativa para todos os estudantes.

## Referências

- CORREA, A. P. M. **Acesso e permanência do estudante na escola: uma perspectiva cultural ao trato pedagógico referente à diferença.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p. 109. 2023.
- ERNICA, M.; RODRIGUES, E. C.; SOARES, J. F. Desigualdades educacionais no Brasil contemporâneo: definição, medida e resultados. **Dados**, v. 68, n. 1, e20220109, 2025. DOI: 10.1590/dados, p. e20220109, 2025.
- NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.
- PRIETO, R. G.; ANDRADE, S. G.; SOUZA, M. M. Inclusão escolar, permanência e direito à aprendizagem: estudo sobre trajetórias e desempenho escolar em uma escola municipal. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 22, n. 3, p. 389-405, 2017.